

## 5

### Conclusão

Ao longo deste trabalho, pude trilhar um caminho específico para investigar as possíveis relações entre afetividade e a construção da subjetividade, mais especificamente, entre a possibilidade de compartilhar uma experiência afetiva, e as condições necessárias ao desenvolvimento das práticas compartilhadas disponíveis na cultura. Dentre essas práticas compartilhadas disponíveis na cultura, foram abordadas de maneira mais minuciosa a linguagem e os comportamentos de atenção compartilhada.

Neste momento, com o fim do desenvolvimento do presente trabalho, torna-se possível e necessário não somente extrair possíveis conclusões relativas à execução do trabalho, mas, também, avaliar se o caminho escolhido e percorrido até aqui foi capaz de possibilitar a realização dos objetivos propostos no começo trabalho.

Nesse sentido, a utilização da linguagem como uma atividade compartilhada a ser investigada pode ser evidenciada como um caminho pertinente para a realização deste trabalho sob pelo menos dois pontos de vista. Um mais ligado a uma revisão conceitual amparada pela filosofia da linguagem; outro mais ligado a uma investigação acerca do desenvolvimento da linguagem. Ou seja, um ponto de vista sob o qual uma investigação acerca da linguagem se mostrou relevante estaria ligado à possibilidade de se usar a filosofia da linguagem, mais especificamente a perspectiva pragmática de linguagem, para uma análise das condições de uso dos conceitos aqui utilizados, amparando-se assim uma revisão conceitual interessada em dissolver alguns problemas, ou incoerências, atrelados a paradigmas amplamente utilizados pela literatura relacionada ao desenvolvimento infantil e ao desenvolvimento da linguagem especificamente. Dentre os paradigmas revistos vale destacar o descarte da concepção de experiência afetiva como um objeto interno privado, que necessitaria de um símbolo para ser externalizado (comunicado) e a construção de uma visão onde a experiência afetiva é entendida como uma experiência com o corpo, e não no corpo. Ou seja, uma visão onde um comportamento não é

considerado como símbolo de um conteúdo interno, mas como parte da qualidade da experiência afetiva. Esse caminho foi especialmente relevante pois a construção desse paradigma forneceu os pressupostos filosóficos para a consideração de que a experiência afetiva, que por não ser privada pode ser compartilhada antes mesmo do desenvolvimento do uso de símbolos, o que reverbera a proposição de uma conexão intersubjetiva disponível desde o nascimento.

Outro ponto de vista, sob o qual uma investigação acerca da linguagem se mostrou relevante, estaria ligado a uma investigação específica da descrição do modo e das circunstâncias nas quais as pessoas aprendem a usar um conceito. Esse caminho foi fundamental para os objetivos do trabalho pois ele amparou uma investigação sob a origem primitiva da linguagem que forneceu subsídios para a proposição de que, amparando-se na perspectiva pragmática de linguagem, é possível afirmar que a linguagem se desenrola sob a possibilidade de um comportamento espontâneo (como uma expressão natural de dor) ser capaz de transformar o estado afetivo momentâneo de um companheiro, e vice-versa. Conforme argumentado segundo capítulo, é somente a partir desse intercâmbio que o comportamento espontâneo pode ganhar um sentido pertinente ao contexto em que essa interação está contida.

De maneira complementar, é possível destacar que as investigações, realizadas aqui, referentes à linguagem, estão contidas no segundo capítulo, e foram revistas no final do quarto capítulo deste trabalho. Nesse sentido, levando em consideração o que foi argumentado especificamente no segundo capítulo, é possível afirmar que a investigação lá contida, teve como ponto de partida uma análise comparativa de dois paradigmas de entendimento acerca da relação entre experiência afetiva e o comportamento a que ela está vinculada. Sendo um atrelado à perspectiva representacionista de linguagem, e outro atrelado à perspectiva pragmática de linguagem.

A partir dessa análise, foi possível evidenciar que numa perspectiva representacionista de linguagem, um comportamento vinculado a uma experiência afetiva é entendido de maneira análoga a um símbolo. Ou seja, assim como o símbolo, o comportamento é entendido como um objeto que fica no lugar de

outro. Nessa perspectiva o comportamento não participaria da qualidade da experiência afetiva, mas apenas teria a função de remeter a ela. O que torna possível considerar que nessa perspectiva a experiência afetiva estaria sendo considerada como um conteúdo mental interno e privado. No entanto, conforme foi demonstrado ao longo do desenvolvimento do segundo capítulo, essa perspectiva apresenta alguns problemas (ou possíveis incoerências) se considerarmos a maneira pela qual se dá a aprendizagem do uso de conceitos psicológicos (como, por exemplo, o conceito dor). De acordo com o que foi argumentado anteriormente, esses conceitos não são passíveis de verificação por amostragem, sendo assim não podem ser concebidos como representações. Tal tipo de incoerência indicou a necessidade da conceituação de um novo paradigma a esse respeito.

Com o intuito de solucionar (ou dissolver) tal tipo de incoerência, foi apresentado outro paradigma de compreensão acerca da relação entre experiência afetiva e comportamento, amparado pela perspectiva pragmática de linguagem. Nessa perspectiva a experiência afetiva poderia ser comunicada por meio do comportamento, não porque o comportamento remete a algo interno da experiência afetiva, mas porque o comportamento é parte da experiência afetiva. Essa ideia ficou mais clara a partir da ressalva feita em relação ao uso do conceito de exteriorização (Wittgenstein, 1953), uma vez que foi ressaltado que um comportamento espontâneo (ou de exteriorização), que não envolve o pensamento reflexivo e nem a lógica, pode amparar uma comunicação afetiva, não porque torna externo algo que era interno, mas porque ele mesmo é parte da experiência afetiva — justamente porque a qualidade do comportamento ligado a experiência afetiva qualifica a própria experiência ao mesmo tempo que é critério para se referir a ela.

A partir disso foi possível destacar que esses comportamentos não teriam importância por si só, eles se fazem fundamentais apenas na medida em que possam afetar outro ser humano. Ou seja, a importância desses comportamentos reside na possibilidade que eles têm de transformar o estado afetivo momentâneo de outrem. Foi possível considerar ainda que essa experiência afetiva (de ser afetado por outro) também possuiria um comportamento que a acompanha, que

por sua vez também teria a possibilidade de afetar de volta quem o afetou. Isso me levou a concluir que a atividade constituinte da linguagem pode estar enraizada justamente nas interações onde a experiência afetiva pode ser intercambiada, indicando assim, a necessidade de uma nova investigação que pudesse fornecer subsídios, em termos de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento infantil, para a consideração de um possível intercâmbio afetivo disponível desde o nascimento.

Nesse sentido, com o objetivo de amparar não só uma investigação acerca do desenvolvimento da linguagem, como também uma investigação acerca do desenvolvimento dos comportamentos de atenção compartilhada, o terceiro capítulo seguiu adiante. Mais especificamente, a proposta do capítulo consistiu em delimitar um possível entendimento acerca do que foi chamado de inter-afetividade, tendo como referência para tal delimitação a exploração de dados observáveis pertinentes à pesquisas relacionadas ao desenvolvimento infantil. Isso para que fosse possível apresentar a inter-afetividade como uma capacidade humana disponível desde o nascimento, que permeia as relações interpessoais, possibilitando assim uma qualidade específica de relação, em que a experiência afetiva pode ser compartilhada ou intercambiada.

Sendo assim, em relação ao terceiro capítulo é possível afirmar que, em um primeiro momento, foram apresentadas diversas pesquisas que evidenciaram não só o fato dos seres humanos interagirem de maneira diferente (menos responsiva) com um ambiente inanimado, do que com um ambiente animado (interpessoal), como também o fato dos bebês (mesmo com menos de nove meses) terem um papel ativo nessas interações interpessoais. Essa observação apontou para a consideração de uma qualidade específica de relação entre os seres humanos.

A partir disso, foi proposto então que essa qualidade específica de relação estaria ligada a uma qualidade inter-afetiva presente nas relações interpessoais que seria proporcionada, de acordo com Hobson (2002), pela capacidade de ser sensível e responsivo às emoções humanas, como vimos ao longo desse trabalho, como a capacidade de ser sensível e responsivo a experiência afetiva de outrem. Contudo, ainda foi necessário investigar e especificar melhor quais qualidades da experiência estariam ligadas a essa dimensão inter-afetiva que foi evidenciada.

Para isso, foi importante marcar uma diferença entre as emoções descritas por Damásio (1994) como emoções primárias, que poderiam ser chamadas também de afetos categóricos (como alegria, tristeza, medo...), e os afetos de vitalidade, assim como descritos por Stern (1992), que fazem parte do campo da experiência interpessoal ao qual estou querendo chamar atenção. Nesse sentido foi definido que esses afetos de vitalidade estariam melhor capturados por termos dinâmicos, cinéticos, tais como “surgindo”, “desaparecendo”, “passando rapidamente”, e seriam desencadeados pelos processos vitais (como respirar, ficar com fome, excretar...), que influenciam o organismo continuamente, estejamos conscientes ou não deles — diferentemente dos afetos categóricos, que são momentâneos. Foi argumentado ainda que a possibilidade de experienciar afetos de vitalidade é amparada pela percepção amodal, que conforme foi evidenciado, pode ser entendida como a capacidade de “reconhecer” um aspecto qualitativo de algo experienciado em um determinado módulo sensorial, nos diversos módulos sensoriais, onde o afeto de vitalidade agiria justamente como o curso supramodal em que a estimulação em qualquer modalidade pode ser traduzida. A partir desses argumentos, foi possível concluir que como nós temos a capacidade de sermos sensíveis a essa qualidade da experiência podemos senti-la tanto em nós mesmos como no comportamento das outras pessoas, amparando assim, a conceituação de uma inter-afetividade pertinente as relações interpessoais.

Ainda na primeira parte do terceiro capítulo, foi possível seguir adiante na investigação de possíveis capacidades inter-afetivas, só que dessa vez considerando apenas pesquisas relacionadas aos neurônios-espelho. Mais especificamente, foi possível investigar e delimitar até que ponto os neurônios espelho podem contribuir para um intercâmbio afetivo. Nesse sentido foi argumentado que, a partir das pesquisas apresentadas, o sistema de neurônios-espelho pode ser entendido como mais um aliado a dar respaldo, dessa vez de um ponto de vista neurológico, para a proposição de que o estado afetivo momentâneo de alguém pode ser compartilhado, sem que se use nenhum símbolo. No entanto, foi possível considerar também que um espelhamento afetivo (proporcionado pelos neurônios espelho) por si só não é capaz de proporcionar uma “intersubjetividade de mão dupla”(Stern, 1992), ou como foi elaborado ao

longo do presente trabalho, um intercâmbio afetivo mútuo. Tudo isso apontou para uma importante conclusão, que consiste em considerar que o intercâmbio afetivo mútuo não é fruto apenas das possíveis capacidades inter-afetivas humanas, como as que foram apontadas aqui (como a percepção amodal, os afetos de vitalidade e o sistema de neurônios espelho). Mas sim, de uma qualidade específica de relação proporcionada por essas capacidades.

Na parte seguinte desse capítulo, a atenção não mais se voltou para as capacidades que possibilitam uma determinada qualidade de interação, e sim para a própria qualidade da interação, ou seja, o objetivo passou ser realizar uma delimitação da qualidade do processo envolvido no compartilhar afetivo. Nesse sentido, foi utilizado o conceito de “sintonia do afeto” (Stern, 1992) como um parâmetro possível para se definir que, durante uma interação, ambos os parceiros compartilharam algo de relevante da experiência afetiva um do outro, em um intercâmbio afetivo mútuo. A partir de dados observáveis, Stern(1992) concluiu que há aspectos gerais de um comportamento (como intensidade, timing e forma), que podem, através dos afetos, ser iguados ou equiparados, a fim de formar uma “correspondência” que seria a base para uma sintonia afetiva. A partir daí, foi possível delimitar que essa “correspondência”, onde a experiência de ser afetado por um comportamento, possuiria um comportamento de qualidade análoga (objetivamente diferente, porem com uma qualidade correspondente) à qualidade do comportamento que o afetou, tornaria possível a ambos os parceiros da interação um “reconhecimento” de que algo da experiência afetiva de ambos está sendo intercambiado. Sendo assim, foi possível considerar, ao final do capítulo, que esse processo estaria sendo entendido como o processo pelo qual uma experiência afetiva possa ser intercambiada.

Portanto, torna-se possível concluir que a realização desse capítulo foi essencialmente importante para os objetivo do trabalho. O seu desenvolvimento mostrou que a suposição de uma inter-afetividade comum ao desenvolvimento típico, como uma capacidade que possibilitaria, caso haja engajamento de ambos os parceiros, uma interação onde ambos os parceiros possam compartilhar algo de relevante da experiência afetiva um do outro, está de acordo com a literatura vigente acerca do desenvolvimento infantil. Isso nos fornece os pressupostos, em

termos de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento infantil, para a construção de uma perspectiva acerca do desenvolvimento da subjetividade. Mais especificamente, acerca do desenvolvimento da linguagem, e dos comportamentos de atenção compartilhada, pautada na importância do compartilhar afetivo — sendo a investigação do desenvolvimento dos comportamentos de atenção compartilhada o tema sob o qual se desenvolveu a seguinte investigação acerca da participação desses intercâmbios afetivos na construção da subjetividade.

Nesse sentido, no que tange aos comportamentos de atenção compartilhada, é possível afirmar que, em um primeiro momento, a investigação do desenvolvimento desse tipo de comportamento se mostrou um bom caminho para a realização dos objetivos do presente trabalho, devido a uma pesquisa prévia ter apontado a incapacidade de participar de comportamentos de atenção compartilhada, como um importante marcador de indício de autismo. Num momento posterior, conforme o desenvolvimento do presente trabalho, foi possível evidenciar que a investigação do desenvolvimento desse tipo de comportamento, por se tratar da investigação de um comportamento construído, ou seja, um comportamento que não é inato (mais precisamente um comportamento que começa a ser observado entre o sétimo e o nono mês de vida aproximadamente), pôde ser confirmada como um bom caminho para a realização dos objetivos aqui propostos. Esse caminho possibilitou que a investigação da participação da experiência afetiva na construção da subjetividade se desenrolasse sob uma perspectiva construtivista, interessada nas interações que podem ser consideradas como comportamentos precursores dos comportamentos de atenção compartilhada — sendo essa perspectiva construtivista de investigação a perspectiva de maior interesse para o presente trabalho, visto que ela parece ser a perspectiva que oferece mais recursos a uma intervenção clínica.

Levando tudo isso em consideração, se torna possível, no momento, destacar as conclusões pertinentes ao quarto capítulo do trabalho. É justamente nesse capítulo que, a partir de uma investigação acerca da participação do compartilhar afetivo na construção da subjetividade, estão contidas as investigações em torno dos comportamentos de atenção compartilhada. Mais especificamente, o capítulo se inicia com uma investigação acerca da pertinência

de se supor que um intercâmbio afetivo mútuo (conforme descrito anteriormente) possa estar presente mesmo em interações com bebês de menos de nove meses, investigando também se esse intercâmbio afetivo pode ser considerado uma troca intersubjetiva. Isso nos permite considerar que esse intercâmbio afetivo é anterior aos comportamentos de atenção compartilhada, amparando assim a possibilidade de considerar esses intercâmbios como uma atividade precursora dos comportamentos de atenção compartilhada.

A partir dessa investigação foi possível considerar que, devido às capacidades inter-afetivas (anteriormente destacadas) serem inatas (em um desenvolvimento típico), torna-se pertinente supor que interações onde ambos os parceiros compartilham algo de relevante da experiência afetiva um do outro, estejam disponíveis desde o nascimento. Foi argumentado também, que devido a uma questão conceitual, ligada a consideração de que uma troca intersubjetiva, para ser considerada como tal, necessitaria da aquisição de uma teoria da mente por parte dos participantes. Esse intercâmbio afetivo mútuo, por estar relacionado a bebês com menos de sete meses que ainda não teriam adquirido essa compreensão teórica, não poderia ser considerado uma troca intersubjetiva. Ou pelo menos não poderia ser considerada uma troca intersubjetiva pelos autores que compactuam desse paradigma em que a teoria da mente é considerada uma condição para a intersubjetividade. No entanto, foi possível ressaltar que esse paradigma estaria atrelado a uma possível confusão, ou indiferenciação, entre a ideia de mente e subjetividade, e portanto não seria corroborado nesse trabalho. Conforme foi argumentado, essa perspectiva acabaria por se transformar numa reedição da velha cisão entre corpo e mente, que no caso se manifesta na dicotomia entre experiência subjetiva (entendida como uma experiência mental privada) e uma experiência corporal, mas pode se apresentar também na separação entre experiência afetiva e comportamento, já criticada anteriormente.

Como alternativa a esse paradigma, foi possível construir uma perspectiva onde a subjetividade estaria sendo entendida como nada mais do que a qualidade do o processo de existir no mundo. Sendo assim, toda experiência humana pode ser considerada como uma experiência subjetiva, mesmo que possamos traçar diferenças gritantes entre a qualidade da experiência subjetiva de um adulto, que a

partir da linguagem verbal pode pensar reflexivamente acerca de sua experiência subjetiva, e a experiência subjetiva de um bebê com menos de sete meses, que não tem essa capacidade. Nesse sentido, foi possível concluir que, como a subjetividade de um bebê com menos de sete meses pode estar ligada a essas qualidades não verbais (por exemplo, de intensidade, timing, e forma) presentes no comportamento (ou seja, na maneira de experienciar a vida), ela pode ser compartilhada e transformada por meio de um intercâmbio afetivo mútuo, indicando assim que esse intercâmbio afetivo mútuo pode ser considerado uma troca intersubjetiva, e ainda, que esse intercâmbio subjetivo está disponível desde o nascimento.

A partir dessa argumentação, foi possível delimitar uma perspectiva acerca da construção da subjetividade, onde a intersubjetividade não é considerada como algo posterior a uma determinada qualidade de construção subjetiva, e sim uma condição necessária para a construção dessa subjetividade (pelo menos no desenvolvimento típico). Ou seja, na visão construída até aqui, pretende-se justamente evidenciar que a construção subjetiva, tanto das diferenças, quanto das semelhanças, entre um humano e seus co-específicos, só é possível a partir de um intercâmbio intersubjetivo. Consequentemente, foi possível indicar que nessa perspectiva esta sendo descartada a ideia de um momento inicial na experiência humana em que o bebê viva um isolamento subjetivo, já que as evidências acerca do desenvolvimento infantil parecem não corroborar essa ideia, para que se torne possível construir uma perspectiva que delimite a participação de um compartilhar subjetivo, primitivo e inato, na construção da subjetividade. Por outro lado, foi possível descartar também, a consideração em um momento inicial em que o bebê viva uma completa indiferenciação entre ele e seu cuidador, justamente porque durante um intercâmbio afetivo, o bebê experiência qualidades afetivas que são tanto próprias quanto não-próprias. Na verdade, a partir desse argumento, foi possível delimitar uma perspectiva acerca da construção da subjetividade que entende que no desenvolvimento humano típico, desde o nascimento essas duas dimensões da experiência (singularidade e a indiferenciação) coexistem paradoxalmente em um intercâmbio subjetivo. Sendo que nesse período, o aspecto inter-afetivo da intersubjetividade pode ser entendido

como sendo tanto o veículo quanto o conteúdo desse intercâmbio.

Essa perspectiva foi utilizada, no momento seguinte do quarto capítulo, para amparar uma investigação acerca do desenvolvimento dos comportamentos de atenção compartilhada, sendo que essa investigação se deu sob a luz de uma comparação entre uma perspectiva que investiga o desenvolvimento desses comportamentos, a partir da inter-intencionalidade (assim como propõe Tomasello, 2003), e a perspectiva proposta aqui, que pretende investigar o desenvolvimento dos comportamentos de atenção compartilhada, a partir da inter-afetividade. Nesse sentido, foi argumentado que, em termos de desenvolvimento, uma perspectiva onde a possibilidade de participar de comportamentos de atenção compartilhada é tida como fruto de uma compreensão, por parte do bebê, de seus co-específicos como sujeitos intencionais iguais a si, apresenta pelo menos dois problemas. O primeiro estaria ligado ao fato dessa perspectiva não apresentar os possíveis precursores dos comportamentos de atenção compartilhada, já que para Tomasello(2003), a compreensão precoce que os neonatos tem dos outros “como eu” seria resultado de uma adaptação biológica exclusivamente humana, que não teria grandes efeitos até que o bebê aos nove meses, de alguma maneira que não estaria clara, se daria conta da sua intencionalidade, e posteriormente, perceberia que o outro de maneira semelhante também tem uma intencionalidade, passando assim a entender o outro “como eu”, ou seja, como sujeito intencional igual a si. O segundo problema estaria ligado, justamente, a essa maneira de compreender o processo de identificação com o outro, a partir de uma analogia com o processo de medir alguma coisa. Conforme foi argumentado, nessa perspectiva seria necessário supor que um bebê de alguma maneira teria um conhecimento (pré-reflexivo) sobre algo que existiria em si (independentemente do contexto intersubjetivo), no caso ele mesmo (ou mais especificamente, sua intencionalidade), que funcionaria como a unidade de medida para comparação, assim como o metro, e o conhecimento sobre os outros seria o que pode ser medido e verificado, como um pedaço de pano qualquer. No entanto, como já foi argumentado no primeiro capítulo, estados subjetivos não são passíveis de comparação por referência e amostragem mnemônica.

Essa argumentação indicou a necessidade de uma compreensão alternativa acerca do processo de identificação. Isso foi feito a partir da consideração de que o processo de identificação nada mais é do que o processo envolvido em um intercâmbio afetivo. Ou seja, a partir de um intercâmbio afetivo mútuo, um bebê, por exemplo, pode experimentar qualidades afetivas que são paradoxalmente tanto próprias quanto não próprias, e assim se identificar e se distinguir de seus coespecíficos, concomitantemente, dentro de um contexto intersubjetivo. Nesse sentido, se torna possível confirmar a pertinência da hipótese de supor que o intercâmbio afetivo mútuo pode ser considerado um possível comportamento precursor dos comportamentos de atenção compartilhada. Durante o compartilhar afetivo, disponível desde o nascimento, poderíamos inferir algum nível de conexão intersubjetiva, sendo essa conexão intersubjetiva o contexto sob o qual uma subjetividade em que uma experiência qualquer é tida como algo compartilhável (e não algo privado e isolado) pode se desenvolver. Ainda nos é possível considerar, a partir do que foi argumentado até aqui, que é coerente supor que esse contexto (de trocas intersubjetivas), e essa qualidade de subjetividade em desenvolvimento, são condições necessárias para a possibilidade de participar de comportamentos de atenção compartilhada. Contudo, foi possível ir ainda mais adiante nessa compreensão, e concluir que o intercâmbio afetivo mútuo, entendido como o aspecto mais primitivo da intersubjetividade, por estar relacionado ao processo de identificação, e portanto a construção da subjetividade, poderia ser considerado, nesse sentido, como precursor, não só com os comportamentos de atenção compartilhada, mas de qualquer outra atividade compartilhada existente numa cultura.

Como a linguagem nada mais é do que uma atividade compartilhada, ao final do quarto capítulo, foi possível traçar algumas peculiaridades acerca de como essa perspectiva, em relação a construção da subjetividade, se entrelaça com a perspectiva acerca da linguagem apresentada anteriormente. Sendo assim, a partir desse ensejo, e do que foi argumentado nesta última parte das investigações desse trabalho, foi possível concluir que o intercâmbio afetivo mútuo não pode ser considerado como um precursor da linguagem, devido ao fato da linguagem não ser posterior a ele. De acordo com perspectiva acerca da linguagem delimitada

aqui, seria mais coerente afirmar que o intercâmbio afetivo mútuo é na verdade o primeiro veículo da linguagem, justamente porque pode ser considerado o primeiro veículo da significação. Isso fica evidente ao considerarmos que um cuidador é capaz de, não só compartilhar, como também transformar a experiência afetiva de um bebê (com dor de barriga, por exemplo), a partir de um intercâmbio afetivo. Nesse sentido, é possível concluir que o intercâmbio afetivo mútuo pode ser considerado como a prática originária da linguagem, ou em outras palavras, a “rocha da linguagem”, que pode ser lapidada em direção a linguagem verbal. Sendo possível ressaltar ainda, que esse intercâmbio afetivo mútuo, ao longo da vida, continua a fazer parte do contexto onde as práticas linguísticas ganham significado, sejam essas práticas verbais, ou não. O que faz com que esse contexto inter-afetivo continue a participar e a qualificar o sentido da linguagem, mesmo tratando-se de uma comunicação verbal.

Por fim, agora que as conclusões a respeito do desenvolvimento do trabalho foram suficientemente apresentadas, se torna pertinente evidenciar também, as possíveis investigações que não foram contempladas nesse trabalho (ou que pelo menos não foram contempladas adequadamente), mas que teriam uma importância relevante para o tema. Dentre essas investigações gostaria de ressaltar a importância de uma investigação mais minuciosa e sistemática acerca de como a perspectiva apresentada aqui, relacionada a construção da subjetividade a partir de um intercâmbio afetivo mútuo, poderia oferecer subsídios para uma prática clínica. Nesse sentido, me parece que seria extremamente pertinente também uma investigação específica e profunda em relação ao autismo, que tivesse o objetivo de investigar como a perspectiva apresentada aqui, poderia se entrelaçar com um entendimento sobre o autismo, e como a partir disso, poderiam ser destacados subsídios para uma prática clínica mais afinada a essa patologia. As investigações contidas nesse trabalho sugerem que dificuldades relacionadas a linguagem, aos comportamentos de atenção compartilhada, e as demais práticas compartilhadas existentes na cultura, tão comuns a casos que envolvem o autismo, podem derivar de possíveis dificuldades relacionadas ao intercâmbio afetivo. Sendo assim, com o término do presente trabalho, é possível considerar que essas investigações, ligadas a prática clínica e ao autismo, serão justamente o campo de

pesquisa que pretendo seguir daqui pra frente.